

Bibliografia

- Bienert, W. A. (1972), *Dionysius von Alexandrien: Das erhaltene Werk / Dionysii leipsana*. Stuttgart: Anton Hiersemann.
- Blank, D. (2007), «The Life of Antiochus of Ascalon in Philodemus' History of the Academy and a Tale of Two Letters», *ZPE* 162: 87-93.
- Brodersen, K. (1994), *Dionysius von Alexandria: Das Lied von der Welt*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms.
- Feltoe, C. L. (1904), *The letters and other remains of Dionysius of Alexandria*. Cambridge: University Press.
- Fleischer, K. J. (2016), *Dionysios von Alexandria: De Natura (peri physeos)*. Turnhout: Brepols.
- Gigante, M. (1995), *Philodemus in Italy. The Books from Herculaneum*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Longo, A., & Taormina, D. P. (eds.) (2016), *Plotinus and Epicurus: Matter, Perception, Pleasure*. Cambridge: University Press.
- Puglia, E. (1998), «Filodemo da Alessandria ad Atene (a proposito di PHerc 1021 XXXIV 1-8)», *PapLup* 7: 133-142.
- Sider, D. (1997), *The epigrams of Philodemus*. Oxford: Oxford University Press.
- Sider, D. (2005), *The Library of the Villa dei Papiri at Herculaneum*. Los Angeles: Getty.

RAINER GUGGENBERGER

rainer@letras.ufrj.br

Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0003-0543-2606>
https://doi.org/10.14195/2183-1718_75_12

PEREIRA, Paulo Roberto (org.), *Manuel da Nóbrega: Obra completa. Edição comemorativa do 5º centenário de nascimento (1517-2017)*, Rio de Janeiro/São Paulo, PUC-Rio/Edições Loyola, 2017, 389 pp. ISBN (Loyola): 978-85-15-04472-6. ISBN (PUC-Rio): 978-85-8006-229-8.

Recensão submetida a 18-12-2018 e aprovada a 11-01-2019

Não seria exagero afirmar que a vida de Manuel da Nóbrega consiste, por si própria, em todo um capítulo da história do Brasil quinhentista. Além

do título de “o fundador do direito no Brasil”², é praticamente com ele que tem início a “história da inteligência brasileira”³, sendo também dele “a mais antiga página literária brasileira”⁴. Homem de ação, participou ativamente da fundação das três principais cidades da Colônia no século XVI e da criação das primeiras escolas, para além de ter atuado como verdadeiro estadista, desenvolvendo uma ampla visão quer do Estado brasileiro em formação, quer da importância de manter a unidade religiosa e territorial frente à ameaça francesa.

Tudo isso é já razão suficiente para justificar a publicação da *Obra completa* de um dos protagonistas mais relevantes da história do Brasil Colonial da segunda metade do século XVI, a respeito de quem um historiador inglês do século XIX afirmou: “Não há ninguém a quem o Brasil deva tantos e tão permanentes serviços”. Por isso, é com entusiasmo que saudamos a esmerada edição levada a cabo por Paulo Roberto Pereira, por ocasião da celebração do quinto centenário do nascimento de Nóbrega.

Após circularem de forma dispersa por aproximadamente quatro séculos, finalmente os escritos do padre inaciano passaram a receber maior sistematização nos últimos 100 anos, de forma que a presente edição dá continuidade ao já consagrado trabalho de Serafim Leite⁵, pioneiro na catalogação de toda a obra conhecida de Nóbrega.

Nascido em Portugal em 1517, Manuel da Nóbrega estudou nas universidades de Salamanca e de Coimbra, tendo ingressado na Companhia de Jesus em 1544. Em 1549, aos 32 anos de idade, aportou na Baía de Todos os Santos com o objetivo de fundar a Missão do Brasil, e 4 anos depois foi nomeado por Inácio de Loyola seu primeiro provincial. Trouxe consigo apenas outros 5 padres, e assim iniciou a obra de conversão do gentio e educação dos meninos.

É interessante como a leitura das *Cartas do Brasil* e do *Diálogo Sobre a Conversão do Gentio* nos permite observar a gradual transformação da *ação missionária* em *missão visionária* de projetar o futuro do país. Inicialmente, a sua atividade consistia no magistério e na catequese. O indígena representava a matéria-prima de uma possível nova sociedade, muito

² Bohnenberger 2017.

³ Martins 2000.

⁴ Merquior 2014: 43.

⁵ Nóbrega 1955.

diferente daquela do patriarcado agricultor, que insistia na escravização do índio como forma de viabilizar a colonização.

Com a criação de escolas na Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, esperava-se não apenas contribuir para o surgimento de núcleos de povoamento, mas também fortalecer a resistência católica contra o perigo da infiltração protestante representada pelos franceses.

O projeto de evangelização dos silvícolas, entretanto, mostrava-se mais difícil do que o esperado, para desespero dos padres. O desabafo de Nóbrega é revelador: “São tão bestiais, que não lhes entra no coração coisa de Deus!”⁶.

Eis aqui também uma excelente fonte de reflexão para os estudiosos da “liderança”, pois vê-se nitidamente o sucessivo emprego de diferentes técnicas com o fim de se fazer obedecer. Como bem observa Paulo Roberto Pereira, os resultados decepcionantes ensejaram a transição de uma “pedagogia do amor” para uma “pedagogia do medo”⁷, a ponto de levar os missionários a recorrerem a corretivos quase tão cruéis quanto o castigo dos escravos. Até mesmo quando ensinados desde tenra idade, os índios procuravam escapar, como revela a confissão de Nóbrega sobre o indiozinho “que criei de pequeno, cuidei que era bom cristão, e fugiu-me para os seus”⁸.

As dificuldades eram tantas que, até mesmo naqueles casos de sucesso em que se levava a bom termo a formação ética do índio, o resultado da conversão era um indivíduo desajustado socialmente, pois não se encaixava nem na cultura materna nem na vida amoral da experiência colonial.

Aos poucos, a imagem do “paraíso terrestre”, descrito por Américo Vespúcio, e do bom selvagem, apresentado por Pero Vaz de Caminha, davam lugar à frustração e impaciência, pois se na sua primeira carta do Brasil, de 10 de abril de 1549, Nóbrega se refere aos índios como “gente que nenhum conhecimento tem de Deus”⁹ – em tom de esperança e benevolência -, já em 1558 descreve-os como o “mais vil e triste gentio do mundo”¹⁰.

⁶ Pereira 2017: 201.

⁷ Id., o. c., p. 16.

⁸ Id., o. c., p. 203.

⁹ Id., o. c., p. 57.

¹⁰ Id., o. c., p. 246.

Era imperativo, portanto, buscar uma aliança com a Coroa portuguesa a fim de solicitar a Sua Alteza o uso da força (“temor e sujeição”¹¹) para convertê-los todos, sob pena de se ver ameaçada a unidade religiosa e territorial da colônia portuguesa na América. De entre os destinatários de suas epístolas, encontram-se, por exemplo, o próprio rei D. João III, o cardeal Infante D. Henrique e Tomé de Sousa, além de Inácio de Loyola e outras figuras importantes na hierarquia da Companhia de Jesus.

Ao mesmo tempo, diante da famigerada polémica entre os teólogos espanhóis sobre os direitos dos índios americanos, Nóbrega posiciona-se – ao que tudo indica por influência de Francisco de Vitória, , hoje considerado “pai do direito internacional”, com quem estudara em Salamanca – pelo direito do indígena à liberdade, demonstrando uma visão política muito à frente do seu tempo. No parecer jurídico “O caso da Mesa da Consciência”, de 1567, Nóbrega é taxativo: “Não podem ser escravos os que fugiram das igrejas ainda depois de cristãos”¹².

Aos poucos, a leitura das epístolas em ordem cronológica descortina um inaciano já não apenas dedicado à catequese e conversão do gentio mas também preocupado com o futuro da nascente pátria brasileira. Além de ter auxiliado Tomé de Souza na consolidação da primeira capital do Brasil, foi protagonista na decisão de afastar-se do litoral para desbravar o interior, dando origem a inúmeros núcleos de civilização, entre eles a cidade de São Paulo.

Escreveu insistentemente às autoridades portuguesas com o fim de lhes chamar a atenção para o risco iminente de perder o Rio de Janeiro para os protestantes franceses instalados na Baía de Guanabara, e, chegado o momento do combate militar, em 1560, lutou lado a lado com Mem de Sá, na batalha que destruiu o forte francês na atual ilha de Villegagnon – embora a derrota definitiva das forças franco-tamoias tenha ocorrido apenas cerca de 10 anos mais tarde. Na sua rica introdução à *Obra Completa*, Paulo Roberto Pereira não demora em observar a magnitude desse episódio da tomada da França Antártica, por se tratar de capítulo que “insere o Brasil na história espiritual do século XVI”¹³, dado o contexto da expansão da reforma cristã.

¹¹ Id., o. c., p. 246.

¹² Id., o. c., p. 361.

¹³ Id., o. c., p. 28.

Em carta de 1560, o “apóstolo brasileiro” faz constar que “parece muito necessário povoar-se o Rio de Janeiro e fazer-se nele outra cidade como a da Bahia, porque com ela ficará tudo guardado (...)”¹⁴, mas para isso seria preciso enfrentar outro problema: a Confederação dos Tamoios. Ao negociar diretamente com os chefes indígenas um tratado de paz, em hábil manobra diplomática, Nóbrega tencionava na verdade enfraquecer os tamoios do Rio e, assim, com a fundação da cidade por Estácio de Sá em 1565, foi possível dar continuidade às missões em direção ao sul do Brasil, para garantir a unidade territorial e religiosa da colônia portuguesa.

Em 18 de outubro de 1570, aos 53 anos de idade, falecia o primeiro reitor do colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro, deixando-nos, dentre outros documentos: 33 cartas, valiosíssimas por descreverem o quotidiano do Brasil quinhentista (e ainda mais relevantes quando se tem em conta os seus destinatários, dentre os quais D. João III, o cardeal Infante D. Henrique, Tomé de Sousa, Inácio de Loyola, e o padre Simão Rodrigues, por exemplo); uma peça teatral, que talvez seja a mais antiga página literária escrita no Brasil (o *Diálogo sobre a conversão do gentio*, p.201 e ss.); e um parecer jurídico em favor da liberdade dos silvícolas, documento esse que certamente pertence à história da evolução dos direitos humanos (*O Caso da Mesa da Consciência*, p. 337e ss.).

Além da relevância do tema em si mesmo, recomendamos ainda a presente edição de Paulo Roberto Pereira pela zelosa confrontação entre diferentes versões dos escritos de Nóbrega, pela revisão ortográfica que facilita deveras a leitura, pelo rico acréscimo de notas que servem para tornar o processo imaginativo do leitor ainda mais vívido e detalhado, bem como pela útil cronologia a situar o primeiro apóstolo do Brasil no quadro geral dos acontecimentos religiosos, culturais, económicos e políticos do século XVI.

Por derradeiro, esperançosos de que o trabalho desse pesquisador brasileiro seja objeto de futuras reedições, deixamos apenas a sugestão de acréscimo de um índice onomástico ou toponímico, uma vez que são ferramentas de pesquisa extremamente úteis para o investigador, e que já constavam da edição de Serafim Leite.

No geral, trata-se certamente de leitura fundamental para quem deseja compreender o processo de formação da pátria brasileira.

¹⁴ Id., o. c., p. 313.

Bibliografia

- Bohnenberger, A. (2017), *Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570): Fundador do Direito no Brasil*. Porto Alegre: Est edições.
- Martins, W. (2000, 5ª ed.), *História da Inteligência Brasileira*. Volume I (1550-1794). T.A. São Paulo: Queiroz Editor.
- Merquior, J. G. (2014, 4ª ed), *De Anchieta a Euclides. Breve História da Literatura Brasileira*. São Paulo: É Realizações.
- Nóbrega, P. M. (1955), *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Edição de Serafim Leite S.I.
- Pereira, P. R. (org.). (2017), *Manuel da Nóbrega: Obra completa. Edição comemorativa do 5º centenário de nascimento (1517-2017)*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Edições Loyola.

THYAGO PEREIRA TRAIRI

Thyago.trairi@usp.br

Universidade de São Paulo

<https://orcid.org/0000-0003-2355-4797>https://doi.org/10.14195/2183-1718_75_13